

## SEMENTES E BIODIVERSIDADE AGRÍCOLA: A NEGLIGENCIADA ESPINHA DORSAL DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO

*Sofia Monsalve Suárez, Maryam Rahmanian e Antonio Onorati*<sup>1</sup>

A luta pelo direito humano à alimentação e à nutrição adequadas não tem dado atenção suficiente às sementes e à biodiversidade agrícola, mas chegou a hora de reverter esta tendência. Os sistemas de sementes camponesas alimentam o mundo e são resilientes à ocorrência de desastres naturais. No entanto, enfrentam graves ameaças devido à crescente captura das sementes e da natureza pelas grandes empresas e à destruição acelerada da biodiversidade agrícola. Os ativistas pelo direito à alimentação e à nutrição podem fortalecer o trabalho feito pelos homens e mulheres produtores de alimentos de pequena escala para proteger os seus sistemas agrários, de pesca, pastorais e agroecológicos, dando às sementes e à biodiversidade agrícola a atenção merecida.

### QUAIS SÃO, ATUALMENTE, AS PRINCIPAIS AMEAÇAS ÀS SEMENTES E À BIODIVERSIDADE AGRÍCOLA?

Os camponeses e camponesas estão progressivamente a perder as suas sementes: os seus sistemas coletivos de sementes estão a ser ilegalizados, além de serem destruídos e contaminados pelos OGM. As políticas agrícolas da Revolução Verde, os acordos comerciais e, mais recentemente, os quadros jurídicos nacionais e internacionais que protegem os direitos de propriedade intelectual (DPI) estão por detrás deste cerco às sementes camponesas.<sup>2</sup>

Os regimes de proteção dos DPI, como a União Internacional para a Proteção das Novas Variedades Vegetais (UPOV, na sigla em inglês), foram concebidos para proteger os interesses da indústria das sementes e dos obtentores.<sup>3</sup> Tais regimes prejudicam gravemente o acesso às sementes fora da UPOV, limitando as práticas camponesas e os seus sistemas de gestão das sementes. Na Tanzânia e na Colômbia, entre outros países, as práticas camponesas foram declaradas ilegais e criminalizadas.

Os regimes de proteção dos DPI tendem a criar monopólios, o que lhes permite obter lucros e ampliar o seu poder no mercado. Estima-se que as empresas Monsanto, DuPont e Syngenta controlem 53% do mercado comercial mundial de sementes.<sup>4</sup> As seis grandes empresas agroquímicas (BASF, Bayer, Dow, DuPont, Monsanto e Syngenta) anunciaram recentemente que irão realizar fusões comerciais num futuro próximo, concentrando ainda mais o mercado.<sup>5</sup> A monopolização dos sistemas de abastecimento de sementes e raças de gado gera inúmeros riscos económicos, ecológicos e sociopolíticos.

Outras grandes ameaças estão ligadas à destruição da biodiversidade agrícola. Esta lamentável situação é o resultado do desmatamento de terras, da pressão demográfica, do sobrepastoreio, da degradação ambiental e das práticas industrializadas de agricultura, pesca e pecuária.<sup>6</sup> Os sistemas industriais de sementes e obtenção favorecem a padronização e a homogeneidade, tendo um impacto negativo sobre os

- 1 [Sofia Monsalve Suárez](#) é Secretária Geral da FIAN Internacional. [Maryam Rahmanian](#) é Investigador Associado do Centro Iraniano de Desenvolvimento Sustentável e do Ambiente (CENESTA). [Antonio Onorati](#) é ex-presidente do Centro Internacional Crocevia e membro do Comité de Coordenação da Associação Rural Italiana (ARI). Um agradecimento especial a Stig Tanzmann (Pão para o Mundo, Serviço Protestante para o Desenvolvimento [Bread for the World, Protestant Development Service]) e Priscilla Claeys (Universidade de Lovaina e Instituto Francês de Pondicherry) pelo seu apoio na revisão deste artigo. Este artigo foi escrito originalmente em inglês.
- 2 La Via Campesina e GRAIN. Las leyes de semillas que criminalizan campesinas y campesinos: Resistencias y luchas. LVC e GRAIN, 2015. Disponível em: [www.viacampesina.org/es/images/stories/pdf/Seed%20laws%20booklet%20ES%202.pdf](http://viacampesina.org/es/images/stories/pdf/Seed%20laws%20booklet%20ES%202.pdf).
- 3 Para mais informações, veja o Enfoque 1.1 "O direito das e dos agricultores às sementes: conflitos em regimes jurídicos internacionais", abaixo.
- 4 ETC. "Who Will Control the Green Economy?" ETC Group Communiqué 107. (Novembro de 2011): 22. Disponível em: [www.etcgroup.org/files/publication/pdf\\_file/ETC\\_wwctqe\\_4web\\_Dec2011.pdf](http://www.etcgroup.org/files/publication/pdf_file/ETC_wwctqe_4web_Dec2011.pdf).

fatores que sustentam a biodiversidade.<sup>7</sup> A destruição da agrobiodiversidade é particularmente problemática se considerarmos as dificuldades criadas pelas alterações climáticas à realização do direito à alimentação e à nutrição.

### 100 ANOS DE TRANSFORMAÇÕES AGRÍCOLAS: ALGUMAS TENDÊNCIAS E NÚMEROS LIGADOS À AGROBIODIVERSIDADE

- Ao longo do século XX, perdeu-se cerca de 75% da diversidade genética vegetal, à medida que os agricultores de todo o mundo abandonaram as suas variedades e raças locais e as trocaram por variedades geneticamente uniformes e de alto rendimento.
- 30% das raças de gado estão em risco de extinção; perdem-se seis raças a cada mês.
- [Em 1999], 75% dos alimentos do mundo [eram] gerados por apenas 12 plantas e cinco espécies de animais.<sup>8</sup>

### COMO TÊM SIDO COMPREENDIDAS AS SEMENTES, A BIODIVERSIDADE AGRÍCOLA E O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO ATÉ AGORA?

O *Comentário Geral 12* do Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas afirma que o conteúdo central do direito à alimentação e à nutrição abrange, entre outros, a disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer as necessidades alimentares das pessoas, sem substâncias nocivas e de uma forma aceitável para cada cultura. “Disponibilidade” refere-se à possibilidade de que as pessoas se alimentem diretamente a partir da terra ou de outros recursos naturais produtivos ou ao bom funcionamento dos sistemas de distribuição, transformação e comercialização (parágrafo 12). Isto implica que as sementes, as plantas e os animais são tão indispensáveis quanto a terra e a água para a alimentação.<sup>9</sup> Portanto, os Estados-Partes (164 até agora) do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) têm a obrigação de respeitar, proteger e garantir o acesso e a utilização das sementes, plantas e animais necessários para a alimentação das populações.<sup>10</sup>

A relação entre o direito à alimentação e à nutrição, as sementes e a biodiversidade agrícola foi articulada explicitamente pela primeira vez nas Diretrizes para o Direito à Alimentação da FAO.<sup>11</sup> No entanto, estas diretrizes não mencionam os direitos dos agricultores de conservar, utilizar, trocar e vender as sementes guardadas nas suas explorações agrícolas, como previsto no Artigo 9 do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (ITPGRFA).<sup>12</sup> Além disso, as diretrizes não apresentam orientações sobre *como* respeitar, proteger e garantir o acesso e a utilização das sementes, plantas e animais. Em última análise, estes são elementos que contribuem para a realização do direito à alimentação.

É importante notar que o ex-Relator Especial da ONU sobre o Direito à Alimentação, Olivier De Schutter, destacou que as obrigações dos Estados incluem preservar e promover os sistemas informais e tradicionais de sementes dos agricultores e regular os sistemas de sementes comerciais. Isto implica que os agricultores e agricultoras devem ter acesso a insumos com condições razoáveis.<sup>13</sup> Com base

- ETC. “Breaking Bad: Big Ag Mega-Mergers in Play.” *ETC Group Communiqué* 115. (Dezembro de 2015): 4. Disponível em: [www.etcgroup.org/content/breaking-bad-big-ag-mega-mergers-play](http://www.etcgroup.org/content/breaking-bad-big-ag-mega-mergers-play). Para mais informações sobre a concentração no setor da pecuária, veja: Gura, Susanne. *Empresas de genética ganadera. Estrategias de apropiación y concentración de un poder emergente en la economía alimentaria mundial*. Ober-Ramstadt: League for Pastoral Peoples and Endogenous Livestock Development, 2007. Disponível em: [www.pastoralpeoples.org/docs/livestock\\_genetics\\_es.pdf](http://www.pastoralpeoples.org/docs/livestock_genetics_es.pdf).
- Veja a Declaração de Wilderswil sobre a Diversidade do Gado (*Wilderswil Declaration on Livestock Diversity*) para conhecer a posição das organizações de pastoralistas e outras OSC sobre a produção de gado industrial. Disponível em: [www.grain.org/article/entries/2227-wilderswil-declaration-on-livestock-diversity](http://www.grain.org/article/entries/2227-wilderswil-declaration-on-livestock-diversity).
- Ensor, Jonathan. *Biodiverse agriculture for a changing climate*. Rugby (Reino Unido): Practical Action, The Schumacher Centre for Technology and Development, 2009. p. 26. Disponível em: [practicalaction.org/docs/advocacy/biodiverse-agriculture-for-a-changing-climate-full.pdf](http://practicalaction.org/docs/advocacy/biodiverse-agriculture-for-a-changing-climate-full.pdf); FAO, Comissão sobre os Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura. *El segundo informe sobre el estado de los recursos fitogenéticos para la alimentación y la agricultura en el mundo*. Roma: FAO, 2010. p. 20 e ss. Disponível em: [www.fao.org/docrep/014/i1500s/i1500s.pdf](http://www.fao.org/docrep/014/i1500s/i1500s.pdf).
- FAO. “What Is Happening To Agrobiodiversity?” Roma: FAO, 2009. Disponível em: [www.fao.org/docrep/007/y5609e/y5609e02.htm](http://www.fao.org/docrep/007/y5609e/y5609e02.htm).
- OHCHR e FAO. “El derecho a la alimentación adecuada. Folleto informativo n. 34.” 2010. Disponível em: [www.fao.org/docrep/016/b358s/b358s.pdf](http://www.fao.org/docrep/016/b358s/b358s.pdf).
- Nas suas observações finais, o CESC recomendou à Índia, em 2008, que oferecesse “subsídios estatais para permitir que os agricultores comprassem sementes genéricas que pudessem ser reutilizadas, a fim de eliminar a sua dependência das empresas multinacionais” e que revisse a lei das sementes de 2004, à luz das obrigações assumidas no âmbito do direito à alimentação e à nutrição. Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais. *Consideration of Reports Submitted by the States Parties under Articles 16 and 17 of the Covenant. E/C.12/IND/CO/5*. Maio de 2008. Parágrafo 69.
- Para mais informações sobre os recursos genéticos para a alimentação e a agricultura, veja a Orientação 8D em FAO. *Diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional*. Roma: FAO, 2004. Disponível em: [www.fao.org/3/b-y7937o.pdf](http://www.fao.org/3/b-y7937o.pdf).
- FAO. *Tratado internacional sobre os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura*. Roma: FAO, 2009. Disponível em: [ftp://ftp.fao.org/ag/aap/planttreaty/texts/treaty\\_portuguese.pdf](http://ftp.fao.org/ag/aap/planttreaty/texts/treaty_portuguese.pdf).
- De Schutter, Olivier. *The Right to Food. Seeds policies and the right to food: enhancing agrobiodiversity and encouraging innovation*. 2009. Parágrafo 7. Disponível em: [www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20091021-report-ga64\\_seed-policies-and-the-right-to-food\\_en.pdf](http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20091021-report-ga64_seed-policies-and-the-right-to-food_en.pdf).

neste desenvolvimento interpretativo, tem sido realizado um importante trabalho para compreender o impacto dos regimes de proteção dos DPI, como o Ato de 1991 da Convenção da UPOV (UPOV 1991), sobre o direito humano dos camponeses e camponesas à alimentação.

Diante do contexto destas ameaças, é fundamental compreender melhor a relação essencial entre as sementes, a biodiversidade agrícola e o direito à alimentação e à nutrição, especialmente no contexto da soberania alimentar.<sup>14</sup> Podemos encontrar importantes oportunidades no debate atual sobre como implementar os direitos das agricultoras e agricultores no quadro do ITPGRFA e nas discussões travadas no Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre o reconhecimento dos direitos relativos às sementes e à diversidade biológica, no âmbito do Projeto de Declaração sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais.<sup>15</sup> Os vínculos entre o direito à alimentação e à nutrição e os direitos dos homens e mulheres agricultores e camponeses às sementes e à biodiversidade agrícola precisam de ser consolidados.

## RUMO A UMA MELHOR COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ENTRE OS HOMENS E MULHERES PRODUTORES DE PEQUENA ESCALA, AS SEMENTES E A BIODIVERSIDADE AGRÍCOLA<sup>16</sup>

O direito à alimentação e à nutrição abrange a “adequação” em termos nutricionais, culturais, socioeconômicos, climáticos e ecológicos.<sup>17</sup> Para perceber esta dimensão, é essencial desenvolver uma compreensão aprofundada de como os homens e mulheres produtores de alimentos de pequena escala têm acesso, utilizam e se relacionam com as sementes, plantas e animais para a produção alimentar.

No Sudeste Asiático e na África Subsaariana, entre outras regiões, a grande maioria dos camponeses, especialmente as mulheres, ainda depende de sistemas de sementes camponesas.<sup>18</sup> O acesso às sementes é possibilitado ainda pelos sistemas formais, comerciais e estatais de aprovisionamento de sementes.

As produtoras e produtores de alimentos de pequena escala não falam de “recursos genéticos” ou de “biodiversidade” ao se referirem às sementes, plantas, animais, insetos ou microrganismos. As pessoas que ainda estão ligadas aos sistemas tradicionais usam termos enraizados nas suas visões do mundo e na crença de que toda a natureza está viva, sendo os seres humanos uma parte intrínseca da família dos seres vivos. Por exemplo, os povos indígenas do Peru referem-se ao seu gado como “irmãos” e “irmãs”.

Os seres humanos e os demais seres vivos moldam mutuamente a sua existência através de uma relação intemporal de interação mútua: trata-se de um processo de coevolução. A biodiversidade engloba um mosaico dinâmico, fluido e em constante mutação de relações entre pessoas, plantas, animais, outros organismos e o ambiente. Desta forma, a biodiversidade é a manifestação da criatividade e do conhecimento das camponesas e camponeses ao se relacionarem com o ambiente natural para satisfazerem as suas necessidades, lutando ao mesmo tempo pela sua própria autonomia.<sup>19</sup> De facto, as pessoas que vivem em situações de pobreza nas áreas rurais de todo o planeta sempre dependeram da natureza para sobreviver.

Para elas, está claro que as “variedades” de sementes e raças de gado camponesas estão intrinsecamente ligadas à cultura, a sistemas de produção específicos e às terras, pastagens, florestas, rios e lagos. Nenhuma variedade camponesa de qualquer território ou ecossistema pode sobreviver sem que a comunidade seja responsável

- 14 Para uma discussão mais detalhada, veja: Bellows, Anne C. et al., eds. *Gender, Nutrition, and the Human Right to Adequate Food: Toward an Inclusive Framework*. Routledge: Nova York, 2016.
- 15 Para mais informações, veja: [www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RuralAreas/Pages/3rdSession.aspx](http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RuralAreas/Pages/3rdSession.aspx).
- 16 Para mais informações, veja: Comité Internacional de Planeamento para a Soberania Alimentar (CIP). Grupo de Trabalho sobre a Biodiversidade Agrícola. “Biodiversity for Food and Agriculture: the perspectives of small-scale food providers.” em FAO, *State of the World's Biodiversity for Food and Agriculture. Thematic Study*. Roma: FAO, 2015.
- 17 Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. *General Comment 12*. Parágrafos 7 a 11. Disponível em: [www.refworld.org/pdfid/4538838c11.pdf](http://www.refworld.org/pdfid/4538838c11.pdf).
- 18 Thomas Braunschweig et al., *Owning Seeds, Accessing Food, A Human Rights Impact Assessment of Upov 1991 based on Case Studies in Kenya, Peru and the Philippines*. Zurique: Declaração de Berna, 2014. pp. 19, 24–36. Disponível em: [www.berndeclaration.ch/fileadmin/files/documents/Handelspolitik/2015\\_Owning\\_Seed\\_-\\_Accessing\\_Food\\_Report\\_ES150224.pdf](http://www.berndeclaration.ch/fileadmin/files/documents/Handelspolitik/2015_Owning_Seed_-_Accessing_Food_Report_ES150224.pdf).
- 19 Kastler, Guy, Antonio Onorati e Bob Brac. “Semillas y autonomía campesina.” *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2013): 52-55. Disponível em: [www.rfn-watch.org/fileadmin/media/rfn-watch.org/ENGLISH/pdf/Watch\\_2013/Watch\\_2013\\_PDFs/Watch\\_2013\\_sp\\_WEB\\_final.pdf#page=52](http://www.rfn-watch.org/fileadmin/media/rfn-watch.org/ENGLISH/pdf/Watch_2013/Watch_2013_PDFs/Watch_2013_sp_WEB_final.pdf#page=52).

pela sua seleção e conservação.<sup>20</sup> Na verdade, as sementes camponesas estão tão bem adaptadas ao seu ambiente e cultura local que também podem ser utilizadas para reconstruir áreas agrícolas após um desastre natural. O terremoto no Nepal é um exemplo ilustrativo.<sup>21</sup>

Mulheres e homens abrigam conhecimentos sobre animais e plantas de diferentes regiões que contribuem igualmente para o bem-estar humano. Na África e na América Latina, por exemplo, as mulheres muitas vezes trabalham como coletoras de plantas selvagens, horticultoras domésticas, domesticadoras de plantas e ervanárias.<sup>22</sup> Porém, podem igualmente ser as guardiãs de sementes e de conhecimentos relacionados. Os critérios das mulheres para a escolha de certas sementes para a alimentação podem incluir: o tempo de cozedura, a qualidade de uma refeição e seu valor nutricional, o sabor, a resistência a danos causados por aves, a facilidade de coleta, a transformação, a preservação e o armazenamento. Os homens são mais propensos a considerar o rendimento, a adequação a diversos tipos de solo e a facilidade de armazenamento.

## **APROFUNDAR A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ENTRE O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO, AS SEMENTES E A BIODIVERSIDADE AGRÍCOLA**

Passamos agora à questão do que os Estados devem fazer para respeitar, proteger e garantir o acesso e a utilização das sementes, plantas e animais de que as pessoas precisam para se alimentar.

As sementes e raças não são uma mercadoria que as camponesas e camponeses compram e vendem. Tampouco são uma invenção científica. Neste sentido, o acesso das populações rurais às sementes e raças não pode ser enquadrado como o acesso a mercadorias (ou “material genético”) produzidas pela indústria e pela ciência. Numa abordagem baseada nos direitos humanos, o acesso às sementes, plantas e animais é enquadrado como uma relação coletiva e em constante evolução com a natureza em qualquer território. Isto significa que os sistemas camponeses, que sustentam a biodiversidade agrícola, devem ser reconhecidos, protegidos e promovidos pelos Estados.

O respeito pleno e a concretização dos direitos das mulheres são fundamentais para a proteção da biodiversidade agrícola. As mulheres só podem fazer as suas escolhas para a seleção e conservação de culturas e animais se controlarem a terra e a água e puderem participar, em condições de igualdade, da formulação de políticas e da definição das prioridades de investigação.

A fim de assegurar a existência e o desenvolvimento dos sistemas camponeses de sementes e de criação, os Estados têm a obrigação de regulamentar os sistemas comerciais e estatais de modo a apoiar os sistemas camponeses, em vez de ameaçá-los.

## **CONCLUSÃO**

No processo de desenvolvimento contínuo do direito à alimentação e à nutrição no quadro da soberania alimentar, é preciso priorizar novas formas de respeitar, proteger e realizar o acesso e a utilização das sementes, plantas e animais de que as pessoas precisam para se alimentar. A relação coletiva e em constante evolução dos povos rurais com as sementes, plantas, animais, territórios e a natureza deve desempenhar um papel fundamental. Esta relação está tão profundamente entrelaçada com a dignidade humana dos povos rurais que a sua proteção justifica o estabelecimento de um direito humano específico às sementes e à diversidade biológica. Esta contribuição ao direito

20 Alii Brac de la Perrière, Robert e Guy Kastler. *Seeds and Farmers' Rights: How international regulations affect farmer seeds*. Peasants Seeds Network e BEDE, 2011. p. 53. Disponível em: [www.farmersrights.org/pdf/semences\\_reglementations\\_EN.pdf](http://www.farmersrights.org/pdf/semences_reglementations_EN.pdf).

21 Para mais informações, veja: [www.libird.org/app/news/view.aspx?record\\_id=35](http://www.libird.org/app/news/view.aspx?record_id=35).

22 Para mais informações sobre mulheres e sementes em África, veja o artigo “Soberania alimentar africana: valorizar as mulheres e as sementes que guardam” nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*. Para mais informações sobre mulheres e sementes na América Latina, veja o artigo “A luta pelas sementes livres dos povos latino-americanos: experiências do Brasil, Equador, Colômbia, Honduras e Guatemala” nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*.

à alimentação e à nutrição, que já deveria ter sido realizada há muito tempo, em breve tornar-se-á realidade na futura Declaração sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais.<sup>23</sup>

### ENFOQUE 1.1 O direito das e dos agricultores às sementes: conflitos em regimes jurídicos internacionais

*Karine Eliane Peschard*<sup>24</sup>

O princípio da *exceção dos agricultores* – o direito dos homens e mulheres agricultores de conservar, utilizar, cultivar, trocar e vender sementes de variedades protegidas – é uma das questões mais controversas nas negociações internacionais sobre os direitos aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura. A proliferação de regimes globais para a propriedade intelectual, o comércio e o ambiente nos últimos 25 anos tem levado a normas contraditórias. Com relação aos direitos dos agricultores às sementes, o principal conflito tem lugar entre, por um lado, os acordos comerciais e a União Internacional para a Proteção das Novas Variedades Vegetais (UPOV, na sigla em inglês)<sup>25</sup> e, por outro, o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (ITPGRFA)<sup>26</sup> da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), conhecido como o Tratado das Sementes.

No preâmbulo do Tratado das Sementes, afirma-se que o direito dos homens e mulheres agricultores de conservar, utilizar, trocar e vender sementes e outros materiais de propagação guardados em explorações agrícolas é fundamental para a realização dos direitos dos agricultores. No entanto, outros acordos comerciais e de propriedade intelectual internacionais restringem gravemente estes mesmos direitos.

A aplicação da Convenção da UPOV, revista em 1991, prejudica efetivamente a implementação dos direitos dos agricultores. O Ato de 1978 da Convenção da UPOV permitia que os agricultores conservassem, utilizassem e trocassem sementes. Com a revisão de 1991, os direitos dos agricultores às sementes tornaram-se uma exceção facultativa deixada ao critério dos governos nacionais; limitam-se ao uso próprio pelos agricultores e devem “salvaguardar os legítimos interesses do obtentor” (Art. 15.2).

O Artigo 27(3)(b) do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS) prevê alguma flexibilidade na proteção das variedades vegetais. No entanto, muitos países estão a abdicar desta flexibilidade ao assinarem acordos comerciais bilaterais ou regionais, cujas disposições para a propriedade intelectual das variedades vegetais vão além dos requisitos mínimos do acordo TRIPS. Assim, por exemplo, os países-membros do Acordo de Parceria Transpacífico (TPP),<sup>27</sup> concluído recentemente, são obrigados a aderir ao Ato de 1991 da Convenção da UPOV (UPOV 1991).<sup>28</sup>

Estas restrições à capacidade dos agricultores de conservar, trocar e vender sementes entram em conflito com os direitos garantidos no Tratado das Sementes. O Artigo 9.3 do Tratado das Sementes determina:

*Nada neste artigo deverá ser interpretado como uma limitação aos direitos dos agricultores de conservar, utilizar, trocar e vender sementes/materiais de propagação guardados nas explorações agrícolas, tendo em conta a legislação nacional quando relevante.*

23 Veja o Enfoque 1.2 “Os direitos das e dos camponeses às sementes estão na vanguarda dos direitos humanos” abaixo.

24 Karine Eliane Peschard é Investigadora de Pós-Doutorado no Instituto de Estudos Internacionais e de Desenvolvimento, em Genebra. Agradecimentos especiais a Stig Tanzmann (Pão para o Mundo, Serviço Protestante para o Desenvolvimento [*Bread for the World, Protestant Development Service*]) e Sofia Monsalve Suárez (FIAN Internacional) pelo seu apoio na revisão deste artigo. Este artigo foi escrito originalmente em inglês.

25 Para mais informações sobre a Convenção da UPOV, veja: [www.upov.int](http://www.upov.int).

26 Para mais informações sobre o *Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura*, veja: [www.planttreaty.org](http://www.planttreaty.org).

27 Para mais informações sobre o TPP, veja: Khan, Tessa. “O Acordo de Parceria Transpacífico: uma ameaça aos direitos humanos.” *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2015): 55. Disponível em: [www.rtfn-watch.org/fileadmin/media/rtfn-watch.org/ENGLISH/pdf/Watch\\_2015/RtFNWatch\\_PT\\_web.pdf#page=55](http://www.rtfn-watch.org/fileadmin/media/rtfn-watch.org/ENGLISH/pdf/Watch_2015/RtFNWatch_PT_web.pdf#page=55).

28 Cinco países (de um total de doze) terão que aderir à UPOV 1991 como resultado do TPP: Brunei, Chile, Malásia, México e Nova Zelândia. Por serem membros da UPOV 1991, seis membros do TPP estão potencialmente a violar os seus compromissos com os direitos das agricultoras e agricultores previstos no *Tratado das Sementes*.

Embora estas contradições ainda não tenham sido, em grande medida, abordadas ou resolvidas, as grandes empresas continuam a realizar esforços para explorar a agrobiodiversidade para fins privados. Por exemplo, a iniciativa DivSeek, lançada em 2012, tem como objetivo “revelar dados genéticos ocultos de culturas” por meio do sequenciamento do material genético de plantas mantidas em bancos de genes nacionais e internacionais.<sup>29</sup> Este material foi recolhido nas comunidades de agricultores sob o pressuposto de que permaneceria no domínio público.<sup>30</sup> Ao reunir 69 membros institucionais e empresariais (incluindo as principais empresas de agrobiotecnologia Bayer Crop Science, DuPont Pioneer, Monsanto e Syngenta), a DivSeek abre caminho para a apropriação destes recursos pelas grandes empresas. Os agricultores estão claramente ausentes desta iniciativa, que não faz nenhuma menção aos direitos de acesso e à partilha dos benefícios. Se for permitido que tal iniciativa avance, ela fará com que os esforços do Tratado das Sementes para garantir os direitos dos agricultores não passem de uma farsa.

Existe a necessidade urgente de resolver as incoerências do sistema jurídico internacional. As crescentes restrições às práticas ancestrais de conservação de sementes têm sido acompanhadas por uma mudança subtil, mas perturbadora, na linguagem utilizada: os direitos dos agricultores às sementes são cada vez mais expressos como “privilégios” e “exceções” subordinados aos “direitos” dominantes dos obtentores. Os atuais esforços para que os direitos às sementes e aos recursos biológicos sejam reconhecidos no Projeto de Declaração sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais destinam-se a estabelecer a primazia destes direitos como direitos humanos, que não devem ser subordinados ao comércio nem à propriedade intelectual.

### **ENFOQUE 1.2 Os direitos das e dos camponeses às sementes estão na vanguarda dos direitos humanos**

*Guy Kastler*<sup>31</sup>

Três quartos dos alimentos do mundo são produzidos pela agricultura de subsistência destinada aos mercados locais. As camponesas e camponeses que praticam a agricultura de pequena escala e produzem estes alimentos não dispõem de recursos financeiros para comprar sementes comerciais e os insumos indispensáveis para cultivá-las. A negação do direito dessas mulheres e homens a reproduzir e trocar as suas próprias sementes leva-os ao endividamento, à falência, à emigração para os bairros pobres das cidades e até mesmo ao suicídio. Trata-se de uma afronta intolerável ao direito ao trabalho, bem como ao direito à alimentação e à nutrição adequadas.

As sementes comerciais destinam-se quase exclusivamente às monoculturas de exportação. Estas culturas servem para alimentar os animais nos países ricos, para vestir os seus habitantes e encher os tanques de combustível dos seus carros, ou ainda para alimentar a especulação da indústria agroalimentar nos mercados mundiais da fome. Obrigar as camponesas e camponeses a comprar, a cada ano, essas sementes comerciais compromete a segurança alimentar da maioria da população mundial, que depende das culturas de subsistência.

As sementes comerciais são selecionadas fora dos campos, nas estações de sementes ou no laboratório. São adaptadas às condições de cultura normalizadas da estação experimental e baseiam-se no uso de fertilizantes e pesticidas químicos, que podem ser utilizados em qualquer lugar para eliminar a diversidade dos ambientes

29 Para mais informações sobre a DivSeek, veja: [www.divseek.org](http://www.divseek.org).

30 Para mais informações, veja: Kastler, Guy, Antonio Onorati e Bob Brac. *Supra* nota 19.

31 **Guy Kastler** é facilitador da Rede de Sementes Camponesas (Réseau Semences Paysannes) sediada em Aiguillon, em França. Para mais informações, veja: [www.semencespaysannes.org](http://www.semencespaysannes.org). Agradecimentos especiais a Karine Peschard (Instituto de Altos Estudos Internacionais e Desenvolvimento, *Institut de Hautes Études Internationales et du Développement*) e Stig Tanzmann (Pão para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento) pela sua ajuda na revisão deste artigo. Este artigo foi escrito originalmente em francês.

locais. Estes métodos de seleção industrial causaram o desaparecimento de 75% da diversidade agrícola mundial.<sup>32</sup> Além disso, os laboratórios inserem nas sementes certos genes de resistência aos agentes patogênicos e aos herbicidas. A distribuição em massa destas variedades transgênicas por todo o planeta faz com que os agentes patogênicos contornem rapidamente tais mecanismos de resistência, o que exige, por sua vez, o aumento da utilização de pesticidas. O mesmo ocorre com os herbicidas, aos quais as ervas daninhas se tornam também rapidamente resistentes.

Somente os métodos locais de seleção camponesa permitem a adaptação das culturas à complexidade de cada ecossistema, sem o uso massivo de insumos. Estes métodos geram uma constante renovação da biodiversidade, baseada principalmente na seleção massal das culturas locais, complementada regularmente pela introdução de pequenas quantidades de sementes exógenas. Esta adaptação local e a renovação constante da diversidade são a chave para a resiliência sustentável das culturas de subsistência diante de crises climáticas, ambientais, sanitárias ou econômicas, ao contrário das resistências específicas e, portanto, efêmeras das seleções industriais.

Estes sistemas de sementes camponesas dependem do direito das camponesas e camponeses a conservar, utilizar, trocar e vender as suas próprias sementes – sementes estas que forneceram gratuitamente à investigação e à indústria todos os recursos fitogenéticos que alimentaram as suas seleções. O campesinato não rejeita todas as melhorias promovidas pela investigação e pela indústria. Porém, rejeita as barreiras tecnológicas (híbridos F1, sementes Terminator, etc.) e jurídicas que as acompanham, para assegurar à indústria o monopólio absoluto e para restringir o direito das camponesas e camponeses de utilizar e trocar as suas próprias sementes. O campesinato também rejeita a contaminação genética das culturas e da biodiversidade selvagem por genes manipulados, que enfraquecem as plantas e envenenam lentamente os animais e as pessoas que os consomem. Nenhuma coexistência é possível com as sementes Terminator, com o Ato de 1991 da Convenção da UPOV, com as patentes sobre as sementes e os seus genes ou com os OGM, pois tudo isto destrói a biodiversidade, a saúde e os direitos das camponesas e camponeses.

O campesinato espera que a Declaração sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais, atualmente em discussão no Conselho de Direitos Humanos da ONU, reforce os seus direitos às sementes e à biodiversidade.<sup>33</sup> O projeto de declaração<sup>34</sup> estabelece o direito das camponesas e camponeses a “conservar, utilizar, manter e desenvolver as suas próprias sementes, culturas e recursos genéticos, ou aqueles de sua escolha” e o seu direito a “conservar, armazenar, transportar, trocar, dar, vender, utilizar e reutilizar as sementes agrícolas, as culturas e os materiais de multiplicação”. Além disso, o texto determina que as camponesas e camponeses têm “o direito a conservar, manter e desenvolver a biodiversidade agrícola” e confirma o seu direito aos conhecimentos tradicionais. A declaração também aborda o direito a proteger as sementes e os sistemas agrícolas camponeses contra a contaminação genética, a biopirataria, o roubo ou quaisquer ações que possam ameaçar a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais; o direito coletivo das camponesas e camponeses a “manter os seus sistemas agrários, pastorais e agroecológicos tradicionais, dos quais dependem a sua subsistência e a renovação da biodiversidade agrícola”; o direito a excluir a biodiversidade agrícola e os conhecimentos e tecnologias das comunidades camponesas da lógica dos direitos de propriedade intelectual sobre os recursos genéticos; e “o direito a participar na tomada de decisões sobre questões ligadas à conservação e à utilização sustentável da biodiversidade agrícola.”

32 Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, *What is agrobiodiversity?*, Roma: FAO, 2006. <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/007/y5609e/y5609e00.pdf>

33 Para mais detalhes, veja: Monsalve Suárez, Sofia, “Le droit aux semences et à la diversité biologique dans la Déclaration des Nations Unies sur les droits des paysans et des autres personnes travaillant dans les zones rurales”, *Note d’analyse*, FIAN Internacional, março de 2016. [www.fian.org/fileadmin/media/publications\\_2016/droits\\_semences\\_FR\\_web.pdf](http://www.fian.org/fileadmin/media/publications_2016/droits_semences_FR_web.pdf).

34 Para consultar o projeto de texto da Declaração de onde foram retirados estes excertos, veja: [ap.ohchr.org/documents/dpage\\_e.aspx?si=A/HRC/WG.15/3/2](http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/WG.15/3/2).

### ENFOQUE 1.3 The 15<sup>th</sup> Garden: a rede para a soberania alimentar do povo sírio

Julia Bartal<sup>35</sup>

Quando as soluções diplomáticas levam ao encerramento sucessivo de fronteiras e os relatórios descrevem um desastre após o outro, as verdadeiras soluções muitas vezes são encontradas na sociedade civil. No entanto, a sociedade civil síria enfrenta obstáculos intransponíveis. Desde o início da revolução em 2011, a comunidade internacional não tem protegido o direito humano à alimentação e à nutrição do povo sírio. Nos últimos anos, comunidades em toda a Síria têm estado sitiadas – principalmente pelo regime sírio e os seus aliados.<sup>36</sup> No entanto, a fome também é uma consequência do fracasso da comunidade internacional em realizar avaliações atualizadas dos programas de ajuda e desenvolvimento e em exigir o acesso às comunidades sitiadas.<sup>37</sup>

Como agricultora da rede para a soberania alimentar que apoia os ativistas sírios, voltei recentemente da fronteira entre a Síria e a Turquia, que está fechada. Na primavera de 2016, testemunhei a situação de dezenas de milhares de pessoas retidas na Grécia. Na Europa, é fácil documentar as violações aos direitos humanos; porém, na fronteira síria, a crescente militarização impossibilita na prática o contato com civis e a documentação com câmaras. Depois do encerramento das fronteiras, o trabalho da sociedade civil foi totalmente interrompido.

Por detrás das fronteiras fechadas e silenciadas, centenas de milhares de pessoas estão aprisionadas – tanto se tentam fugir ou ficar. Ainda assim, muitas comunidades em toda a Síria mantêm a presença da sociedade civil, enquanto lutam para produzir alimentos e realizar o direito à alimentação. Uma rede genuinamente popular é o 15<sup>th</sup> Garden (A 15<sup>a</sup> Horta).<sup>38</sup> Trata-se de uma rede de hortas urbanas e familiares e projetos agrícolas rurais, formada em 2013 para criar pequenas associações de agricultores e agricultoras locais e encontrar soluções pragmáticas para a produção de alimentos nas áreas sitiadas. A rede conta com o apoio de agricultores e horticultores de vários países europeus e oferece auxílio às comunidades de refugiados dentro e fora das fronteiras sírias. Também promove o intercâmbio de sementes e rejeita o uso de híbridos e OGMs, bem como de formas de apoio à agricultura que levam à dependência. O 15th Garden também promove a partilha de conhecimentos sobre como cultivar, colher e reproduzir as sementes locais. Realiza ainda seminários dentro e fora da Síria, reunindo produtores e produtoras de alimentos e ativistas sírios e internacionais. A rede desenvolve formas criativas de partilhar competências, incluindo manuais sobre a reprodução de sementes, métodos naturais de fertilização e o cultivo de hortaliças, que conseguem penetrar os bloqueios. Nas áreas sitiadas, há provas de que algumas hortas conseguem cobrir até 20% das necessidades das comunidades e que, durante a colheita, os preços no mercado paralelo caem para os níveis anteriores aos do início do cerco.

A comunidade internacional tem negligenciado a sociedade civil síria nos últimos cinco anos. As recentes políticas de encerramento das fronteiras têm prejudicado os agentes da sociedade civil. A narrativa pública é moldada por questões ligadas à melhor forma de “gerir” o fluxo de refugiados e de enfrentar o extremismo. No entanto, as soluções oferecidas pelos que estão no poder contradizem a realidade no terreno, negligenciando as necessidades e capacidades do povo sírio. Já é hora de o mundo reconhecer o papel desempenhado pelas organizações de base, redes para a soberania alimentar e agricultoras e agricultores rurais e urbanos na superação dos obstáculos para evitar a fome na Síria.

35 Julia Bartal é agricultora no leste da Alemanha. Ela trabalha numa propriedade rural coletiva de 45 hectares que produz hortaliças e mel, além de criar gado, cabras leiteiras e cavalos de carga. Trabalhou em redes de solidariedade na Palestina e na Síria, como parte da rede de apoio do 15<sup>th</sup> Garden Síria, e é membro da *Arbeitsgemeinschaft bäuerliche Landwirtschaft* (AbL), uma organização-membro alemã de La Via Campesina (LVC). LVC é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de mulheres e homens produtores de pequena escala, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Para mais informações, veja: [www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org).

Agradecimentos especiais a Paula Gioia (Coordenação Europeia da Via Campesina, ECVC) e Ansar Jasim (membro de apoio do 15<sup>th</sup> Garden) pelo seu apoio na redação e revisão deste artigo. Este artigo foi escrito originalmente em inglês.

36 *Break the Sieges* e *Siege Watch* são duas iniciativas que mapeiam regularmente a fome nas comunidades sitiadas na Síria. Atualmente, existem 52 cidades e comunidades sitiadas: 49 pelo regime sírio e 3 supostamente por forças islâmicas, como o Estado Islâmico. Estima-se que um milhão de pessoas tenham sido afetadas. Para mais informações, veja: [www.breakthesieges.org](http://www.breakthesieges.org) e [www.siegewatch.org](http://www.siegewatch.org).

37 Cestas de alimentos são entregues regularmente em áreas onde os agricultores ainda operam, destruindo ainda mais as suas possibilidades de sobrevivência local. Estão a ser implementados projetos de desenvolvimento, mas as entregas de sementes pelas Nações Unidas para a Síria, bem como os dados sobre esses projetos, são controlados e aprovados pelo governo sírio. Embora organizações internacionais, como a FAO, tenham unidades na Síria e na Turquia, o processo de aprovação passa pelo gabinete de Damasco (FAO, comunicação pessoal). Os pacotes contêm sementes híbridas, pesticidas e fertilizantes. A GIZ (agência de auxílio alemã) entregou pesticidas, mas não ofereceu roupas protetoras (conversa pessoal com agricultores e ativistas locais). Para mais informações, veja: [www.carnegieendowment.org/2015/06/04/food-insecurity-in-war-torn-syria-from-decades-of-self-sufficiency-to-food-dependence/t9hg](http://www.carnegieendowment.org/2015/06/04/food-insecurity-in-war-torn-syria-from-decades-of-self-sufficiency-to-food-dependence/t9hg).

38 Para mais informações, veja: Montgomery, Katarina. “Greening the Rubble: Syrians Embrace Urban Farming to Stave off Starvation.” *News Deeply*, 28 de outubro de 2014. Disponível em: [www.newsdeeply.com/syria/articles/2014/10/28/greening-the-rubble-syrians-embrace-urban-farming-to-stave-off-starvation](http://www.newsdeeply.com/syria/articles/2014/10/28/greening-the-rubble-syrians-embrace-urban-farming-to-stave-off-starvation). Veja também: La Via Campesina. “The struggle for freedom and food sovereignty: a letter of solidarity to the farmers of Syria.” 7 de julho de 2014. Disponível em: [www.viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/human-rights-mainmenu-40/1633-the-struggle-for-freedom-and-food-sovereignty-a-letter-of-solidarity-to-the-farmers-of-syria](http://www.viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/human-rights-mainmenu-40/1633-the-struggle-for-freedom-and-food-sovereignty-a-letter-of-solidarity-to-the-farmers-of-syria).